

Narrativas autobiográficas e o cânone literário: o paradigma da transformação

Cyana Leahy-Dios*

Resumo: Classificações, seleções e definições são sempre servis a um sistema dominante. Na literatura canônica, construção social metafórica do poder hegemônico, isso transparece com maior clareza: o cânone e a inclusão de alguns desvela a marginalização de muitos. Se os limites do literário são determinados por critérios temporais de avaliação ideológica, merece reflexão a menos-valia imposta às narrativas autobiográficas, seus significados sociais, políticos e culturais.

Abstract: Every classification, selection and definition serves a dominant system. In the literary realm, a powerful social metaphor in itself, it appears even more clearly: the canon and the inclusion of some reveals the marginalisation of many. If the limits of the literary are determined by timely criteria of ideological valuation, in this article I put forward a reflection upon the lesser value imposed on autobiographical narratives, and its social, political and cultural meanings.

Sabemos todos que não existe teoria ou crítica neutra, assim como não existe classificação ou seleção neutra. Todo pensamento humano reflete modos de ver/ler o mundo, com marcas históricas, políticas e sociais definitivas, implícitas ou explícitas. No campo dos estudos literários, tais marcas se fazem notar de forma bastante assertiva. Literatura – produção e consumo – é a arte da palavra, o uso artístico da palavra. Arte e palavra são construções sociais, históricas e políticas com classificações, demarcações e formas de análise, estudo e abordagens calcados em posições e compromissos teórico-ideológicos. Ler, interpretar, estudar e analisar a obra de arte literária implica optar por abordagens, métodos e instrumentos que, ao eleger uma possibilidade, excluem várias outras.

* Escritora de poesia, ficção e ensaios, doutora em Educação Literária pela Universidade de Londres, professora adjunta da Universidade Federal Fluminense. Tradutora.

Há, na literatura, classificações de gêneros, estilos e autores em maiores e menores. Classificações se fundamentam, *a priori*, em interesses políticos e compromissos sociais. Objetividade e neutralidade científicas são, dessa forma, pressupostos questionáveis, merecedores de reflexão mais profunda. Jonathan Culler afirma que “a literatura não apenas fez da identidade um tema; ela desempenhou um papel significativo na construção da identidade dos leitores” (p. 110).

Não trarei para este texto o debate entre literatura e cultura, estudos literários e culturais, já tratado anteriormente.¹ Por ora, concentremo-nos nas dificuldades epistemológicas de refletir sobre o literário.

É problemática a definição da “literariedade” do escrito por ser a literatura, fundamentalmente, uma construção sócio-histórica determinada por princípios valorativos. O *corpus* literário instituído se alimenta da exclusão e negação de valores, gêneros, abordagens, escolas, movimentos, construindo uma identidade sobre ausências e efeitos. Assim entendidos, os estudos literários são o produto de uma avaliação ideológica (conhecimento e poder) da arte escrita.

Numa explicação circular, Culler afirma que a “literariedade” da literatura pode residir na tensão da interação entre o material lingüístico e as expectativas convencionais do leitor a respeito do que é literatura. O autor propõe cinco “testes” de literariedade, que imbricam linguagem, estética, produção de sentido, significados sociais (cap. 2). Percebemos, porém, que cada marca identificada como traço de literariedade não deve ser entendida como definição final, já que pode ser encontrada em ação em outros usos – não-literários – da linguagem (p. 42).

Teorizar sobre o literário pleno corresponde a refletir sobre uma construção ilimitada e interdisciplinar de forma especulativa, posto que fundamentalmente subjetiva, cujos efeitos são imprevisíveis. Não estou afirmando ser indispensável definir o que é literatura, ou o que é ou não literário. Preocupa-me essencialmente a elegibilidade de modelos, mitos e prescrições para o que deve ser julgado válido, bom e belo. Culler diz que gêneros são conjuntos de convenções e expectativas, pistas deixadas para as suposições do que será significativo em dada leitura. “Maiores” ou “menores”, gêneros, autores e obras sobem e descem da gangorra do cânone sem que sejam esclarecidos os critérios de julgamento crítico dessa classificação, que forja mais dúvidas que certezas.

Os limites de uma questão: narrativas do *self*

Isoladas como gênero “menor” pela arbitrariedade temporal da crítica literária estão as formas narrativas autobiográficas.² São diários, cartas, memórias, autobiografias, textos tradicionalmente identificados como escrita de mulheres, cuja análise tem sido objeto de interesse de historiadores, psicólogos, sociólogos, antropólogos e lingüistas como fonte de informação sobre comportamentos sociais, históricos, políticos, econômicos e lingüísticos de uma época. Será tal escrita literária? Haverá um processo de construção artística nas estruturas lingüísticas do discurso autobiográfico? Será possível identificar os critérios de arbitragem crítica invocados para justificar a “menor-idade” desse gênero? Que papel caberia à narrativa autobiográfica na proposta de “civilização” da sociedade através da literatura? Que papel identificador desempenha essa escritura, e quais seriam os efeitos de tal identificação? Pois se a literatura é um veículo de ideologia, ela também pode ser um instrumento para sua anulação, promovendo o questionamento da autoridade e dos arranjos sociais (Culler, p. 45).

Se acreditamos que o discurso é uma forma de construção e/ou representação de identidades, a escrita autobiográfica, auto-identificadora, pode facilitar o encontro com – e a recuperação de – vozes perdidas numa estrutura ideológica opressora; pode pôr-nos, leitores, em contato com o desejo de um sujeito-autor comum entre pessoas comuns; pode mediar nosso encontro com elementos deflagradores da reflexão sobre categorias sociais de gênero (masculino ou feminino), na agência da autoria e da leitura. Pode ampliar as fronteiras do sentido construído para mediar o entendimento do conhecimento e do prazer. “Interpretar uma obra é contar uma história de leitura” (Culler, p. 66). Entender o sentido de uma obra é conhecer o contexto, um espaço ilimitado de saberes que inclui os estudos da língua e as situações e condições de produção e de consumo do texto.

Que história de leitura queremos contar, interpretando a narrativa autobiográfica? Se a tradição de leitura literária que conhecemos segue um paradigma predeterminado de gênero (masculino) e classe social (dominante), é plausível buscar o sen-

¹ A educação literária como prática cultural. Revista *Letras de Hoje*, n. 114, org. Regina Zilberman, Letras-PUCRS, 2000. Texto inicialmente apresentado no Simpósio Internacional 500 Anos de Descobertas Literárias. Universidade de Brasília, março/abril 2000.

² A classificação tradicional dividia as obras em poética ou lírica (narrador em primeira pessoa), épica ou narrativa (recitação oral; voz do narrador combinada às vozes dos personagens) e drama (autor oculto; só personagens falam). A esses foi acrescentado o “romance” (autor se dirige ao leitor através do livro).

tido único de um texto autobiográfico de autoria feminina? Não seria mais adequado falar dos sentidos do texto, da compreensão dos contextos, numa "hermenêutica da suspeita" que busca novos exames, novas leituras, novas valorizações?

Tentemos teorizar a "poética" da escrita autobiográfica. Em termos de comunicação narrativa, são histórias que não acabam "adequadamente", sem uma estrutura básica de começo, meio e fim, mas que atendem ao impulso humano básico de ouvir e narrar histórias. Classificadas como gênero "menor", as formas narrativas autobiográficas se constituem sobre enredo/acontecimentos, história e discurso próprios. Há um falante, uma audiência, um tempo narrativo, uma voz monológica, cuja autoridade autorreflexiva é reivindicada pelo falante/autor. O tempo narrativo é lento, o texto é iterativo, possibilitando ao leitor acesso aos pensamentos e motivações íntimas do/a escritor/a. A narrativa de vida é frequentemente imprevisível, apresentada sob o ponto de vista de um único narrador/autor à medida que a vive.

Se o prazer da leitura se vincula ao desejo, "um desejo de saber", de descobrir segredos, encontrar a verdade (Culler, p. 92-93), nossa função de leitores se alimenta do desejo de identificação, tecida em conjunto com o texto e o autor. Normas sociais são expostas, ao mesmo tempo que se desnudam situações de opressão. Leitores são implicitamente convidados a se posicionar e se identificar com o autor através do texto, fonte de conhecimento para uns, de ilusão para outros. Afinal de contas, mesmo a exposição da narrativa como retórica tem a estrutura de uma narrativa: é uma história em que nossa ilusão inicial cede à crua luz da verdade e emergimos mais tristes mas mais sábios, desiludidos mas depurados. Como diz Culler, "paramos de dançar em círculos e contemplamos o segredo" (p. 94).

Nesse sentido, para grupos historicamente marginalizados, a narrativa autobiográfica possibilita a informação através da investigação crítica sobre o processo de leitura do mundo, determinando de modo ético-estético a identidade de um grupo, marcado por características de gênero, classe, raça, escolaridade, sexualidade e situação sócio-econômica: tensões e conflitos interpretados como características/deficiências individuais são desvelados. Pois, como afirma Felman, "todos os grandes textos são literários na exata medida que são auto-transgressores em relação às ideologias inconscientes que os informam" (p. 6).

Gêneros, classificações, complexos ideológicos

A divisão tradicional da literatura em gêneros, preservada através dos tempos e dos paradigmas conservadores de educação literária, na verdade pouco interessa ao leitor comum. A ele interessa a dialogicidade possível em um dado tempo e espaço de leitura, o prazer e o desejo. Sabemos que classificações não se fazem de modo neutro e objetivo: categorias literárias se pautam por critérios seletivos de exclusão da maioria, estruturadas sobre esquemas implícitos de interpretação.

Assim como a divisão em gêneros, a organização historiográfica da literatura em escolas e movimentos segue critérios ideológicos disfarçados atrás de muralhas autoprotetoras. Segundo Williams (p. 149),³ as reformas educacionais recentes, nos EEUU, enfatizaram a "cronologia histórica", ou seja, a recuperação das possibilidades pedagógicas de estudo da história de modo direto, objetivo, factual e, muitas vezes, destituído de sentido. Argumentou-se que a inclusão de diferentes pontos de vista e múltiplas perspectivas (multidisciplinares) esvaziaria cada disciplina de seu significado, causando dispersão intelectual. Se pensarmos, porém, que a aquisição de informação é, sem dúvida, o ponto de partida para a expansão do pensamento e a construção de sentido, veremos que discutir, observar, comparar, cotejar são verbos que indicam processos indispensáveis para a construção do conhecimento. Essa parece ser a grande diferença entre o aprendizado autêntico e a homogeneidade passiva. Pois é justamente a perspectiva única, a ser compartilhada por todos, que indica uma distorção social: se a discordância torna a comunicação mais difícil, a diversidade é gratificante e renovadora. O problema não está na historicização dos estudos literários, mas no tratamento linear e epidérmico da história dos fatos, da arte, da sociedade.

Divisões e classificações em geral ratificam a homogeneidade passiva, camuflando e silenciando dissonâncias interpretativas. Como mecanismos de exclusão e invisibilização, sua frequência estabelece um padrão seletivo: a condescendência visível do opressor reforça seu poder, ao diminuir a resistência do subordinado, numa relação de forças em permanente oposição a que Hodge e Kress chamaram "poder e solidariedade".⁴ Assim, através de mecanismos aparentemente neutros e objetivos de classificação de um discurso que se quer objetivamente racional e logicamente mas-

³ John A. Williams (1994). *Classroom in conflict*. Albany: State University of New York Press.

⁴ R. Hodge e G. Kress (1994). *Social semiotics*. London: Polity Press.

culino, a "premiação" canônica de uma obra estará vinculada à racionalidade lógica e masculina do texto. Se uma forma narrativa é classificada *a priori* como de domínio feminino, restrita à esfera privada dos cantos do lar, estará desclassificada e, fora da corrida por visibilidade, automaticamente excluída do cânone literário.

Os complexos ideológicos que subjazem à definição dos maiores e melhores restringem o espaço de abordagem da escrita do *self*, subjetiva, integral, e alimentada em situações do cotidiano: diários, memórias, autobiografias. Essa é a escrita de um Outro, agente social dos espaços íntimos, privados, aparentemente apolíticos, cuja alteridade de voz e autenticidade são domesticamente questionáveis. Escrita de mulher: a ela, o limbo literário.

Romances, autobiografias e memórias, manifestos políticos, provérbios, poesia tradicional e moderna, editoriais, hinos e escrita religiosa são textos adequados para circulação e discussão. [...] Qualquer documento dá margem a discussão. Quem os faz circular, quem os adquire, traduz, publica, interpreta? [...] Com que propósito o texto foi criado? Para que público? Tais perguntas são frequentemente mais fáceis e podem levar a respostas – ou especulações – interessantes. Mas respostas firmes e detalhadas importam menos do que perceber essas questões (J. Williams, p. 139-140).

A "diferença" entre tais sujeitos e espaços é intimidadora, silenciadora. Silencia-se a voz da mulher-sujeito "que fala" na/da literatura. Isso se torna mais fácil quando somos todos, homens e mulheres, treinados a "ler literatura como homens", como se a perspectiva masculina fosse a medida do universal.⁵ Dessa forma, a historicização da literatura representa mais um passo em direção a um universo concebido para a objetivação dos sentidos, da emoção, da razão. E a exclusão do gênero autobiográfico, sua confirmação.

Tentemos delimitar alguns campos de resistência à elaboração patriarcal do literário: a agência de um sujeito que escreve no feminino (a autora), sobre uma história de vida singular (narrativa autobiográfica), para um sujeito historicamente cooptado para resistir à complexidade das manifestações de desejo e dos efeitos da agência humana (a leitora). Examinaremos possibilidades de construção de formas de leitura não previstas, um modelo de leitura que não se anteciparia, diferente daquilo que se imaginou nos capítulos anteriores e que, conseqüentemente, também não seria antecipado, tampouco, de um capítulo ao outro? (Felman, op. cit., p. 9).

⁵ Shoshana Felman (1993). *What does a woman want?* London: Johns Hopkins Press, p. 5.

Possibilidades de ler autobiograficamente

Se é verdadeira a premissa psicanalítica de que ler/ver o outro permite uma melhor leitura/visão de si mesmo, poderemos afirmar que ler histórias de vida ajuda a repensar a vida que levamos, ou que nos leva. "As categorias fundamentais de identidade são produções culturais e sociais, mais provavelmente o resultado da cooperação política do que sua condição de possibilidade" (Culler, p. 102). Mais que um capítulo na história das culturas, ler a escritura autobiográfica pode ser um ato de sobrevivência, pois sobreviver é, no âmago, uma forma de autobiografia: ler autobiograficamente é uma atividade e uma performance mais complexas do que o simples projeto ou tendência estilística de "personalizar" (Felman, p. 13).

A educação literária que recebemos, com forte marca de gênero (masculino), nos treina a um posicionamento como um "Outro" cuja alteridade é distanciada da agência de produção e de consumo: há maneiras socialmente estabelecidas de ser homem ou mulher. Ainda hoje a escrita em primeira pessoa é considerada subjetiva e "essencialista" (uma noção de identidade como algo dado), sofrendo sanções em certos meios acadêmicos. Nos meios literários, acusa-se a escrita autobiográfica de embaçar as fronteiras entre fato e ficção. Distanciar-se da instância autobiográfica de autoria corresponde, primariamente, a garantir a neutralidade científica; na realidade, esse distanciamento implica a perda de espaço na problematização de experiências de vida. Tal distanciamento é uma metáfora dos dilemas e problemas da autobiografia para mulheres que escrevem e que lêem (Felman, p. 15).

Muitas das questões atuais levantadas pelos teóricos se situam no campo da identidade e função do sujeito: será esse sujeito ("eu") um produto individual ou social? Será possível isolar o indivíduo das ações sociais? Que limites separam os dados inerentes ao sujeito dos fatos construídos através das relações sociais? Fazemos ou sofremos nossos destinos?

O valor da literatura há muito tempo foi vinculado às experiências vicárias dos leitores, possibilitando-lhes saber como é estar em situações específicas e desse modo conseguir a disposição para agir e sentir de certas maneiras. As obras literárias encorajam a identificação com os personagens, mostrando as coisas do seu ponto de vista.

Nos meios letrados, o diário como forma narrativa tem sido tratado como documento onde se "garimpam" informações sobre a vida do/a autor/a, fonte de investigação onde se obtêm dados históricos sobre determinado momento. A importância documental dos diários não substitui a leitura e análise ético-estéticas do texto como

obra de arte literária. Como objeto de pesquisa, o diário revela ao excluir, estabelecendo, mais do que em outras formas narrativas, um vínculo de proximidade entre produção e consumo, autoria e leitura. O não dito se torna legível nas entrelinhas, nos vácuos de informação, desvelando limites sociais, literários e culturais relevantes para a compreensão de um tempo e espaço de criação. O estudo de diários possibilita abordar questões sociais e históricas de auto-construção, trocas entre texto e leitor/a, desafiando limites entre o público e o privado e valorizando o pensamento transdisciplinar (Bunkers e Huff, p. 1). Objeto de fetiche, depósito de revelações íntimas que, de alguma forma, o/a escrevente quer dar a conhecer, o diário cruza fronteiras disciplinares e estilísticas. Por outro lado, o estudo desse tipo específico de narrativa autobiográfica levanta questões cruciais de leitura: quem lê diários? Como se dá essa leitura, e o acesso a esses textos? Haverá uma interação de "marginalidade" entre escritora e leitora, a partir da representação de gênero (*gender*) como categoria de análise? Como entender e analisar a dinâmica de movimentação, repetitividade e interrupção que caracteriza a escrita diarizada?

Podemos dizer que se trata de uma forma literária que, construindo uma identidade nunca completada, assume seu lugar entre os atos de linguagem de resistência – uma identificação que poderá realizar o desejo:

A identificação também desempenha um papel na produção de identidades de grupo. Para os membros de grupos historicamente oprimidos ou marginalizados, as histórias estimulam a identificação com um grupo potencial e trabalham no sentido de fazer do grupo um grupo, mostrando-lhes quem ou o quê poderiam ser (Culler, p. 113).

É preciso delimitar que histórias e quais atos de linguagem são esses, e que espaços de nomeação e criação se realizam na escrita autobiográfica diarizada. Sabe-se que grupos são marginalizados pela utilidade política do poder de suas identidades étnica, sexual, sócio-econômica, de gênero. A marginalidade do diário no cânone literário está em suas múltiplas mobilidades: sem obedecer a um padrão definitivo de linguagem, ou de espaço-temporalidade, o diário consiste numa interação entre os mundos exterior e interior, entre tempos passado e presente, entre "auto-invenção, auto-descoberta, auto-representação" do universo da mulher (Bunkers e Huff, p. 3).⁶ Como acomodar e categorizar tantas identidades em fôrmas acadêmicas pré-fabricadas?

⁶ Suzanne Bunkers e Cynthia Huff (1996). *Inscribing the daily*. University of Massachusetts Press.

Em defesa da escrita autobiográfica diarizada, acusada de desprestígio por suas características discursivas antiliterárias, como repetitividade e freqüentes interrupções, que comprometeriam o fluxo narrativo, citemos Culler:

ser um sujeito é receber essa tarefa de repetição... uma tarefa que nunca realizamos completamente de acordo com a expectativa, de modo que nunca habitamos completamente as normas ou idéias de gênero de que somos obrigados a nos aproximar. Nessa lacuna, nas diferentes maneiras de realizar a "tarefa" de gênero, residem possibilidades de resistência e mudança (p. 103).

Na verdade, cortes e repetições constituem importante elemento de análise do gênero: há uma negociação plausível entre a escrita do diário e a execução do intermitente trabalho doméstico das mulheres. É preciso, entretanto, reconhecer a complexidade na estrutura e no estilo das estruturas narrativas dos diários.

Realizando a tarefa de gênero (*gender*) através de um gênero (*genre*) narrativo (o diário), autobiógrafas oferecem às leitoras possibilidades de resistência e mudança. A leitura de diários induz outras mulheres a escrever, afirmando sua individualidade através do relato do rotineiro, do cotidiano, de forma anti-romântica, já que a essência do romantismo feminizante valoriza o registro de grandes emoções e eventos extraordinários: o encontro do grande amor, o dia do casamento, o final dito feliz.⁷

Os diários de mulheres comuns desafiam os princípios elitistas que condicionaram a produção textual feminina à garantia de conforto material, ou até mesmo de "um quarto todo seu"; conhecidas e anônimas, limitadas ou incentivadas por problemas circunstanciais, algumas mulheres comuns fizeram de seu cotidiano uma forma de arte escrita.⁸ Embora não seja possível avaliar quanto dessa produção foi perdida, silenciada, ou esquecida, o que escapou das fogueiras, sótãos e arquivos lacrados mostra como as autoras negociaram no cotidiano as relações de poder. Ler e escrever experiências vividas constroem o conhecimento transformador de indivíduos e culturas. Pois ler é uma via de mão dupla e, me aplicando à leitura, me transformo também por essa atividade. Jamais poderei ser uma observadora neutra das estruturas dos

⁷ Segundo Lyons, as autoras de autobiografias eram mais tolerantes com a ficção do que os homens; entretanto, era comum encontrar declarações de que "tudo o que haviam adquirido através dos romances fora uma série de idéias falsas sobre a vida". In: Martyn Lyons e Cyana Leahy (1999). *A palavra impressa*. Rio: Casa da Palavra, p. 49.

⁸ Afirma Lyons que eram raras as autobiografias conhecidas de mulheres de classe trabalhadora até o século 19 (Lyons e Leahy, op. cit., p 40).

textos que leio, embora minhas perspectivas sejam também delimitadas, ao menos parcialmente, por aquelas presentes nos textos que discuto (Lionnet, apud Bunkers e Huff, p. 8).⁷

Sabemos que a produção textual se insere em determinado contexto histórico-social, refletindo questões ideológicas e relações de domínio e poder. Numa sociedade em que o saber cartesiano é informado através de métodos positivistas, dominada por homens brancos de classe média e escolaridade definida, será privilegiada e visibilizada a literatura que reforce tais ideais.

Ao elegermos como objeto de interesse a escrita de mulher em forma autobiográfica diarizada, percebemos uma clara marca sócio-sexual de menos valia, ainda que se trate de autora étnica e sócio-economicamente "adequada". O que dizer, então, das possibilidades de validação e valoração da leitura dos diários de uma mulher comum, "que faz do dia-a-dia um estudo em força e diversidade e expõe as verdades mais profundas, mostrando que viver o dia-a-dia é uma forma de arte" (Bunkers e Huff, p. 6)? Indo mais além, o que dizer da escrita de uma mulher mais-que-comum, que remexe o lixo para viver e, quando descansa, escreve poemas e páginas de um diário, como Carolina Maria de Jesus?

Um caso de amor com a palavra que transforma

Será possível uma leitura sem implicação, sem transformação, sem via de mão dupla? Será possível uma leitura não patriarcal das metáforas da fome, da escravidão, dos fatos de uma existência vivida? Será possível uma leitura despojada dos efeitos colonizadores das ideologias culturais adquiridas sobre o bom, o belo, o correto, o exemplar? Quem decide por nós? Teremos nós dado esse poder discriminatório àqueles que decidirão por nós se esta forma ou aquela, este texto ou aquele merecem espaço, leitura e consideração como formas válidas e valiosas de escritura, sem delinear com clareza os instrumentos dessa análise?

Não importa que as respostas acima não possam ser respondidas – afinal, a pedagogia da pergunta media uma construção de conhecimento de forma mais positiva e democrática do que uma pedagogia de respostas. Porque mais que o tema ou o discurso das páginas do diário de Carolina Maria de Jesus, interessa-nos sua agência como sujeito de um gênero literário e social, sua apropriação do ato de auto-representação pela palavra escrita.

18 de julho. [...] Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter. A única coisa que não existe na favela é solidariedade.

Veio o peixeiro Senhor Antonio Lira e deu-me uns peixes. Vou fazer o almoço. As mulheres saíram, deixou-em em paz por hoje. Elas já deram o espetáculo. A minha porta atualmente e teatro. Todas crianças jogam pedras, mas os meus filhos são os bodes expiatórios. Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade.

Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas.

Não casei e não estou descontente. Os que preferiu-me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis (p. 14-15).

Percebe-se, no excerto acima, a consciência das várias transgressões: de escrever, apesar da limitada escolaridade; de ser solteira, com três filhos para sustentar. Vê-se a assimilação da transformação em indivíduo autônomo, ainda que mulher, negra, miserável. Marginalizada social, Carolina reverte a situação de desespero e desistência em uma posição crítica transformadora, que lhe é facilitada pelo "vício" de ler e escrever. Sabe que as agressões externas estão situadas no cruzamento entre o desejo coletivo (a ameaça social da mulher sem homem – mau exemplo) e a opção individual (ser autônoma, ouvir valsas vienenses, escrever quando tem vontade). Ao romper com o padrão (o que é adequado para a mulher), ela subverte o paradigma socialmente imposto de menos-valia da mulher só. O olho público desafia a verdade interior: exige-se um "estar casada", ainda que tal estado corresponda à perda da identidade, da autonomia, da dignidade. Ela e seus filhos são "bodes expiatórios" de uma situação social de negação e carência. Mas a autora resiste e questiona preceitos sociais de realização e identidade homossexual. O espaço de escritura autobiográfica serve como *locus* de interseção das ideologias socioculturais (casamento, finalidade última de identidade e realização social da mulher; abuso e vitimização sexual) e socioeconômicas (resistência econômica, individualidade). E o poder do texto se amplia com a marca estilística da ironia e do humor.

⁷ Françoise Lionnet (1989) *Autobiographical Voices: Race, Gender, Self Portraiture*. Ithaca: Cornell UP. Citado por Bunkers e Huff, 1996.

6 de junho. Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com desprezo. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fabrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro e comia os doces. Não estava embriagado, mas vacilava no andar. Cambaleava. Estava tonto de fome!

... Encontrei com ele outra vez, perto do deposito e disse-lhe:

- O senhor espera que eu vou vender este papel e dou-te cinco cruzeiros para o senhor tomar uma media. É bom beber um cafezinho de manhã.

- Eu não quero. A senhora cata estes papeis com tantas dificuldades para manter os teus filhos e deve receber uma migalha e ainda quer dividir comigo. Este serviço que a senhora faz é serviço de cavalo. Eu já sei o que vou fazer da minha vida. Daqui uns dias eu não vou precisar de mais nada deste mundo. Eu não pude viver nas fazendas. Os fazendeiros me explorava muito. Eu não posso trabalhar na cidade porque aqui tudo é a dinheiro e eu não encontro emprego porque já sou idoso. Eu sei que eu vou morrer porque a fome é a pior das enfermidades.

... O homem parou de falar bruscamente. Eu segui com o meu saco de papel nas costas (p. 53-54).

Contrariando o pressuposto de que a escrita diarizada seria auto-referente, temos uma passagem em que o sujeito da ação domina o espaço vital da narrativa, ficando a autora em plano coadjuvante. A atitude de solidariedade diante do poder absoluto da fome do Outro sobrepõe variados planos de leitura - sensorial, emocional, racional - no reconhecimento da fatalidade de um sujeito não agente, apassivado pela própria existência. A inutilidade de sua ação, marcada pela frase final da entrada naquela data, reforça o testemunho narrativo da identidade com o Outro, restando apenas o silêncio, o distanciamento físico.

3 de agosto. Hoje os meninos vão comer só pão duro e feijão com farinha. Eu estou com tanto sono que não posso parar em pé. Estou com frio. E graças a Deus não estamos com fome. Hoje Deus está ajudando-me. Estou indecisa sem saber o que fazer. Estou andando de um lado para outro, porque não suporto permanecer no barracão limpo como está. Casa que não tem lume no fogo fica tão triste! As panelas fervendo no fogo também serve de adorno. Enfeita um lar.

Fui na dona Nenê. Ela estava na cosinha. Que espetáculo maravilhoso! Ela estava fazendo frango, carne e macarronada. Ia ralar meio queijo para por na macarronada! (p. 102-103).

É crucial compreender a relação da mulher com o alimento para se poder compreender suas perspectivas de fragmentação individual e social: a beleza romântica é deslocada do plano ficcional para os metassignos de sobrevivência, felicidade, poesia: comida na panela, fogo aceso, barriga cheia. Como interpretar criticamente a construção de um padrão literário nascido da tensão do processo de reconstrução cotidiana da existência?

2 de setembro. [...] Eu durmi. E tive um sonho maravilhoso. Sonhei que eu era um anjo. Meu vestido era amplo. Mangas longas cor de rosa. Eu ia da terra para o céu. E pegava as estrelas na mão para contemplá-las. Conversar com as estrelas. Elas organizaram um espetáculo para homenagear-me. Dançavam ao meu redor e formavam um risco luminoso.

Quando despertei pensei: eu sou tão pobre. Não posso ir num espetáculo, por isso Deus envia-me estes sonhos deslumbrantes para minh'alma dolorida. Ao Deus que me protege, envio os meus agradecimentos (p. 117).

Que estratégias de interpretação serão válidas para essa leitura? O relato é indissociável da vida da autora: emocional, fragmentado, intermitente, patético, limitado, gramaticamente inadequado, naïve. A dor descrita burila e delinea as palavras, independentemente da ortografia, transcendendo o espaços de sonho e de realidade. A preocupação autoral com a construção do texto transparece na seleção e na organização dos detalhes da narrativa, no uso de formas pouco usuais na comunicação oral. Realisticamente, percebem-se os cuidados formais tomados como passaporte de acesso aos meios letrados.

3 de setembro. Ontem comemos mal. E hoje pior (p. 117).

Alertam Bunkers e Huff que "escritas privadas de mulheres nos pedem, se as desejamos ler com propriedade, uma paciência especial de inventividade. Precisamos interpretar tanto o que não está escrito como o que está, e ao invés de descartar as repetições, valorizá-las especialmente. "Nada aconteceu" exige que nos perguntemos, no contexto do correr dos dias de uma dada mulher, o que para ela significa algo acontecer" (p. 11).

1 de novembro. ... Achei um saco de fubá no lixo e trouxe para dar ao porco. Eu já estou tão habituada com as latas de lixo, que não sei passar por elas sem ver o que há dentro.

Hoje eu vou catar papel porque sei que não vou encontrar nada. Tem um velho que circula na minha frente.

Ontem eu li aquela fabula da rã e a vaca. Tenho a impressão que sou rã. Queria crescer até ficar do tamanho da vaca (p. 126).

A fragmentação narrativa só pode ser teorizada a partir de estratégias de leitura sensíveis ao projeto alternativo de "empatia" com o sujeito escritor, a mulher negra socialmente excluída das relações de poder econômico. O realismo mágico, a oralidade, a história do cotidiano emprestam um valor testemunhal à narrativa, à privacidade, à transação fundamental com o leitor.

6 de dezembro. Deixei o leito as 4 da manhã. Liguei o rádio para ouvir o amanhecer do tango.

... Eu fiquei horrorizada quando ouvi as crianças comentando que o filho do senhor Joaquim foi na escola embriagado. É que o menino está com 12 anos.

Eu hoje estou muito triste (p. 137).

Em pouco menos de cinco linhas, o texto do dia 6 de dezembro constrói uma metáfora da inexorabilidade da vida: há o tango no rádio, há a criança embriagada, há a tristeza endêmica do sujeito solidário. Não há relatos heróicos no cotidiano circunscrito ao mundo da favela, apresentado e sustentado pelo perceber o Outro, sentir pelo Outro, numa relação de solidariedade horizontal que exclui o poder instituído, patriarcal.

28 de dezembro. ... Eu acendi o fogo pois água para esquentar e comecei lavar as louças e vasculhar as paredes. Encontrei um rato morto. Já faz dias que eu ando atrás dele. Armei a ratoeira. Mas quem matou ele foi uma gata preta. Ela é do senhor Antonio Sapateiro.

O gato é um sábio. Não tem amor profundo e não deixa ninguém escravizá-lo. E quando vai embora não retorna, provando que tem opinião.

E faço esta narração do gato é porque fiquei contente dela ter matado o rato que estava estragando meus livros (p. 143).

Há outros excertos a ressaltar. No encontro entre gata e rato, a poesia dura e filosófica na proteção do acervo catado no lixo. A descrição do objeto de desejo é associada à imagem do poeta do acervo da memória literária. No gesto de solidariedade há riso e tristeza, e o reconhecimento da rima. Forma e conteúdo indissociáveis, como deve ser a literatura, como é a vida.

11 de janeiro. [...] Não estou gostando do meu estado espiritual. Não gosto da minha mente inquieta. O cigano está perturbando-me. Mas eu vou dominar esta simpatia. Já percebi que ele quando me vê fica alegre. E eu também. Eu tenho a impressão que eu sou um pé de sapato e que só agora é que encontrei o outro pé.

Ouvi falar varias coisas dos ciganos. E ele não tem as más qualidades que propalam. Parece que este cigano quer hospedar-se no meu coração.

No início receei a sua amizade. E agora, se ela medrar para mim será um prazer. Se regridir, eu vou sofrer. Se eu pudesse ligar-me a ele!

Ele tem dois filhos. O menino acompanha-me sempre. Se eu vou lavar roupas, ele vai comigo, senta ao meu lado. Os meninos da favela tem inveja quando me vê agradando o menino. Agradando o filho, hei de conseguir o pai.

O nome do cigano é Raimundo. Nasceu na capital da Bahia. Mas não usa peixeira. Ele parece o Castro Alves. Suas sobranceiras unem-se. (p. 148).

29 de maio. [...] O Adalberto errou o quarto. Em vez de entrar no dele entrou no quatinho da Aparecida. Eos favelados queriam retirá-lo de lá, porque se o Negrão chegasse havia de espancá-lo. Eu fui retirá-lo de lá porque ele me obedece. Resolveu sair. Quando eu fui deitá-lo, ele disse:

- Sabe, Carolina, eu sou um homem infeliz. Depois que morreu Marina nunca mais ninguem me quiz.

Eu dei uma risada, porque percebi que ele havia falado e formado uma quadrinha. Parei de rir, porque a tristeza de sua voz comoveu-me. Marina foi uma mulher negra que viveu com ele. Bebia muito. E morreu tuberculosa com 21 anos (p. 163).

4 de junho. [...] O senhor Manoel chegou. Agora eu estou lhe tratando bem, porque percebi que gosto dele. Passei varios dias sem vê-lo e senti saudades. A saudade é amostra do afeto. [...] Dormi com ele. E a noite foi deliciosa (p. 163-164).

Enquanto homens, segundo Maggie Humm e Shoshana Felman, escrevem autobiografias através da memória, em contagem cronológica do acontecido, mulheres as escrevem além/apesar da memória. Para Adrienne Rich, o processo de tomada de consciência não é como "cruzar fronteiras" – um passo adiante e se está em outro país. Esse diário, como outras formas de narrativa memorialista, se insere na triangulação característica do literário: a arte pela palavra num *constructu* social.

Este texto se encerra, temporariamente, sem respostas, na expectativa da geração de novas perguntas acerca da estabilidade de conceitos circulares: será a língua uma entidade social estável e absoluta? Ou será a evidência das mutações e interferências entre espaços e agentes sociais? Haverá interesse apenas antropológico na leitura da escrita dos diários de Carolina Maria de Jesus? Resistirá essa escritura a um exame de literariedade? Que

trocas simbólicas são possíveis entre narradora e leitores? Que leituras da alteridade e do *self* são possíveis? Que estratégias não excludentes de crítica literária dariam conta de um universo de representação tão desconfortável, desestabilizador e resistente? Quem atira a primeira pedra?

Bibliografia de referência

- BUNKERS, Suzanne; HUFF, Cynthia (orgs.). *Inscribing the daily*. The University of Massachusetts Press, 1996.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.
- FELMAN, Shoshana. *What does a woman want?* London: The Johns Hopkins Press, 1993.
- HODGE, R.; KRESS, G. *Social Semiotics*. London: Polity Press, 1991.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Edibolso, 1976.
- LEAHY, Cyana. Revista *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, n. 114, org. Regina Zilberman, Letras-PUCRS, 2000.
- LYONS, Martyn; LEAHY, Cyana. *A palavra impressa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- WILLIAMS, John A. *Classroom in conflict: teaching controversial subjects in a diverse society*. Albany: State University of New York Press, 1994.